
GLOBALIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL – A OPINIÃO DO JORNAL

Marcos Ianoni

Afra S. Balazina

Fernanda O Ferreira

Cásper Líbero

Este projeto tem o objetivo de investigar aspectos quantitativos e qualitativos da opinião que o jornal *Folha de São Paulo* tem apresentado, nos últimos anos, sobre o problema da *exclusão social*, no marco do atual processo de globalização. Estudar o conteúdo do texto jornalístico da grande imprensa e as suas opções políticas é da maior importância para a compreensão das relações entre mídia e poder. A imprensa tem sido considerada como o quarto poder nas sociedades complexas e democráticas da atualidade. Ela sem dúvida é uma força social extremamente relevante no sistema político, particularmente nos regimes democráticos. Se é evidente que a televisão é a mídia de maior destaque e poder, o grande jornal não deixa de ocupar um papel importante, inclusive muitas vezes ele pauta a própria TV. Ademais, sabemos que, nos principais países ocidentais, inclusive no Brasil, a mídia está inserida em um mercado altamente oligopolizado, formatada em grandes grupos empresariais, verdadeiros conglomerados polimidiáticos que agrupam TV aberta, TV fechada, rádio, jornal, revistas, internet.

Justificado o estudo genérico do conteúdo do grande jornal, pergunta-se: por que estudar especificamente a *exclusão social*? A resposta passa pela compreensão das características atuais do padrão de capitalismo que tem dado base ao atual processo de globalização. Nos quatro cantos do mundo, o processo de globalização processa-se concomitantemente à implementação de políticas econômicas de corte liberal, que têm sido denominadas de *neoliberalismo* pelas forças sociais que em todos os cantos a elas se opõem. O ideário de tais políticas parte do pressuposto de que o mercado deve ser o mecanismo prioritário de determinação do processo econômico, para o que propõe uma ampla diminuição da presença do Estado na economia. Esta diminuição da presença do Estado tem implicado na redução, muitas vezes drástica, da promoção do bem-estar social pelo poder público. Ademais, o choque de mercado provocado pela globalização, a exponenciação da concorrência entre as empresas e a incorporação de novas tecnologias e padrões de gerenciamento empresarial tem provocado um aumento muito significativo do

desemprego. Daí coloca-se o sério problema da *exclusão social*, elemento que tem caracterizado o capitalismo atual mesmo nos países desenvolvidos.

Nesse sentido, surge a investigação principal desse trabalho: que tipo de opinião a grande imprensa escrita tem dado sobre o relevante problema da exclusão social? A exclusão social tem sido apontada? Com que incidência quantitativa? Com quais características qualitativas? Vimos que a pauta prioritária das economias nacionais no atual processo de globalização tem sido a liberalização dos mercados, e isto tem sido feito mediante claro prejuízo do Estado social. Assim, paira no ar da agenda pública global uma marcante oposição contraditória entre agenda econômica e agenda social, no sentido de que a realização de uma representa a negação da outra. Essa oposição está claramente presente no Brasil desde o início dos anos 90, ou seja, desde o governo Fernando Collor de Mello até o atual governo Fernando Henrique Cardoso, período em que se inicia o padrão de inserção internacional do país na realidade da globalização. Assim, lançamos mão de mais questões: a agenda social da grande imprensa escrita tem sido relevada também a segundo plano? Ou o grande jornal tem sido um crítico dessa dicotomia entre o social e o econômico na atual ordem pública?

2. HIPÓTESES DIRETRIZES

Pelas características do maior jornal diário do país, a *Folha de São Paulo*, delineadas nas últimas duas décadas, somos tentados a imaginar que, por um lado, este veículo tem dado uma importância à agenda social que o próprio governo Fernando Henrique Cardoso não tem dado. Em editorial de primeira página publicado em fevereiro do ano corrente, por ocasião da comemoração dos 80 anos de existência do jornal, lê-se: “Integrar as vastas parcelas da população que seguem excluídas do progresso material é o desafio prioritário e cada vez mais inadiável”.

No entanto, dado o caráter pluralista e contraditório desse mesmo órgão de imprensa, particularmente observado em seus editoriais, é de se esperar que ele veicule uma opinião econômica circunscrita na agenda da estabilização e modernização governista, que tem se revelado contraditória com a meta do resgate da dívida social. Para além da retórica social-democrática do governo, as coisas se passam, na prática, mas também nas entrelinhas discursivas, como se a questão social estivesse remetida à condição de linha de chegada das políticas

públicas, devendo a dívida social ser resgatada apenas após o atual estágio de sacrifício da nação, e não encarada como prioridade imediata.

Atravessada por entre essa difícil equação, acreditamos que, ao fim e ao cabo, a orientação mais presente nesse jornal, entre as duas posturas contraditórias delineadas, seja a que critique o abandono da questão social pelo Estado nesse processo em que ele conduz a inserção do Brasil na globalização, mas, sem isso significar uma ruptura com alguns dos principais fundamentos da política econômica governamental. Tal hipótese sustenta-se na idéia de que, apesar da *Folha de São Paulo* ser um jornal do *establishment* (como, de resto, o assume o próprio Otávio Frias Filho) e de nessa condição posicionar-se pró-reformas de corte liberal, tal jornal (que representa um espectro contraditório de interesses sociais), como outras grandes empresas de capital nacional, conflitua-se, nas suas relações de propriedade e mercadológicas, com essas mesmas políticas. É como se as políticas de inserção do Brasil na globalização fossem para a *Folha* e outros grupos empresariais da elite econômica nacional, uma espécie de mal necessário, e o mal, por definição, faz mal e é objeto de críticas. Assim, a opinião da *Folha*, diante dessa realidade contraditória entre as lógicas do econômico e do social no país atual, deve situar-se, por hipótese, em um terreno de *concordia discordante* (conservadorismo crítico) no que respeita à política econômica e de *discórdia moderada* em relação à política social.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa será realizada através dos seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Com base em uma consideração teórica a respeito do papel fundamental que o editorial representa no grande jornal impresso no sentido de expressar as opiniões dessa mídia, será através do exame dos editoriais da *Folha de São Paulo* que capturaremos o tratamento que esse órgão dá ao tema da exclusão social.
- b) O tema da exclusão social, por sua vez, conforme depois será justificado teoricamente, diz respeito ao tema da pobreza. Obviamente, a preocupação desta pesquisa é com a pobreza no Brasil globalizado, e não em outro país. Para capturarmos concretamente esse tema nos editoriais da *Folha de São Paulo*, utilizaremos o método de pesquisa de *palavras-chaves*. Para tanto, selecionamos oito palavras-chaves que consideramos suficientemente abrangentes para dar conta da captura mais representativa possível dos textos do referido

jornal referentes à pobreza. São elas: pobres, pobreza, exclusão, excluídos, miséria, miseráveis, desemprego, desempregados. Note-se que só serão aceitos os editoriais em cujos textos essas palavras-chaves apareçam com clara vinculação à questão social, descartando-se o uso delas em outros sentidos. A ferramenta concreta de trabalho para realizar essa busca através de palavras-chaves será o CdRom da Folha de São Paulo, que reúne a totalidade dos textos de cada ano publicados pelo jornal. O CdRom possui um programa que viabiliza a busca através dessas palavras-chaves.

- c) Para detectarmos como o jornal tem abordado o tema da exclusão social ao longo dos últimos anos (afinal, o Brasil vem se inserindo na atual realidade da globalização desde os anos 90), pesquisaremos a presença das onze palavras-chaves em seis edições anuais, as edições de 1994 a 1999. Através desse material, teremos uma visão quantitativa da presença de editoriais que abordam a pobreza no Brasil, bem como poderemos fazer análises qualitativas desses textos.
- d) No entanto, só poderemos atingir uma visão mais confiável sobre o peso que o jornal efetivamente tem dado ao tema da pobreza se pudermos ter uma dimensão comparativa desse tema com algum outro, também abordado pelo jornal, que nos sirva como contrapeso analítico. Não há melhor outro tema para cumprir tal papel que a questão econômica. Conforme dito acima, as agendas econômica e social têm operado contraditoriamente na política pública brasileira nesse processo de globalização em que está inserido o governo Fernando Henrique Cardoso. A estabilização econômica está ocupando um papel central na estratégia governamental nos últimos anos. Assim, faremos também um estudo comparativo, usando como base o ano de 1999, dos editoriais que abordam economia pura (*à la* governo, ou seja, como este faz, via Ministério da Fazenda e Banco Central) com os editoriais que abordam a questão social, esta última de modo puro ou inserida na opinião a respeito da política econômica governamental. Esse estudo comparativo terá dados quantitativos e qualitativos dos editoriais do jornal.
- e) Além da pesquisa na fonte primária representada pelo jornal, coletaremos também alguns dados econômicos e sociais do Brasil em fontes primárias.
- f) O método da pesquisa bibliográfica em fontes secundárias será utilizado para vários momentos e objetivos teóricos da pesquisa: abordar a globalização, com ênfase nas suas implicações sociais, sobretudo a exclusão social; abordar a dicotomia na agenda

governamental entre ordem econômica e ordem social; abordar o papel do editorial e do jornal impresso como um todo; abordar especificamente esses dois últimos temas para o caso da *Folha de São Paulo*.

- g) Como um recurso metodológico a mais, a ser ou não utilizado, para a compreensão do papel dos editoriais na *Folha de São Paulo*, poderemos lançar mão de algumas entrevistas, seja com profissionais dessa própria empresa jornalística, seja com intelectuais especializados no estudo crítico do jornalismo opinativo.

4. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Aspectos econômicos e sociais da globalização

Entendemos o processo de globalização como um aprofundamento das relações econômicas e financeiras internacionais nas últimas três décadas. O processo se traduz, no plano comercial, por um rápido crescimento do comércio internacional e por processos de abertura das economias nacionais, além de formação de áreas de livre comércio ou integração econômica, como nos casos da União Européia, Nafta (EUA, Canadá e México) e Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai).

Ainda neste plano, o processo traduz-se em um grande aumento do poder da Organização Mundial do Comércio e das limitações daí decorrentes para a execução de políticas econômicas autônomas por parte dos países. Os países da América Latina, e o Brasil em particular, promoveram processos de abertura comercial e se engajaram nos acordos internacionais de liberalização comercial.

A globalização traduz-se ainda por um aumento muito rápido nos fluxos financeiros internacionais e pelo surgimento de uma categoria nova de nações: as “economias emergentes”. O aumento dos fluxos financeiros abrangeu não apenas um processo intenso de internacionalização bancária, como também uma elevação muito expressiva dos financiamentos bancários internacionais, um crescimento ainda maior dos mercados internacionais de capitais e dos fluxos de capitais de curto prazo. Nesse processo crescem também de forma muito acentuada os investimentos diretos de grandes empresas internacionais.

As “economias emergentes” que, em geral, também promoveram aberturas no plano financeiro, passaram a ter seus mercados financeiros com maior participação de instituições estrangeiras, passaram ainda a contar com financiamentos externos mais elásticos, suas empresas – em geral, as de maior porte e com maior penetração em mercados externos – passaram a ter mais amplo acesso aos mercados de capitais externos, receberam grande volume de investimentos estrangeiros – um processo aprofundado pelas privatizações – e absorveram os impactos, ora positivos, ora altamente negativos, da grande volatilidade dos capitais de curto prazo.

Os países da América Latina, que atravessaram os anos 80 sob uma crise externa muito profunda (a crise da dívida externa) e que acumularam uma grande estagnação econômica e social e um pronunciado atraso em suas estruturas produtivas e empresariais, promoveram processos de liberalização comercial e financeira, adotaram políticas de ajuste, debelaram a inflação, executaram ampla privatização e, desta forma, se engajaram na globalização.

É claro que a expectativa era de que o engajamento na globalização auxiliasse a ampliar as possibilidades de modernização da economia brasileira, servisse para aumentar a produtividade das empresas e reconduzisse a economia para o rumo do desenvolvimento econômico e social.

Decorrida já uma década (a década de 90) de pleno engajamento da economia brasileira à globalização, cabe indagar se os benefícios esperados foram alcançados. É pertinente observar que esta mesma indagação tem sido feita considerando-se um foco mais amplo do que simplesmente o Brasil. Praticamente todas as organizações internacionais (ONU e Banco Mundial, UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - e mesmo o FMI), as organizações regionais (como por exemplo a Comissão Econômica Para a América Latina – Cepal), bem como os governos dos países têm se debruçado sobre essa questão.

Atualmente há um grande e muito importante debate sobre o tema dos resultados da globalização e suas perspectivas sobre as economias em desenvolvimento. Em suma, a questão de fundo dessa pesquisa é se o tipo de engajamento corrente do país na globalização é o caminho a ser seguido para a superação do subdesenvolvimento. É a percepção dessa questão que pretendemos abordar ao investigar o conteúdo dos editoriais da *Folha de São Paulo*.

No entanto, se o pano de fundo é o desenvolvimento econômico, o objeto da pesquisa é o desenvolvimento social, que inclusive tem sido alvo de fóruns internacionais específicos, como

ocorreu em 1995, quando da realização da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, Dinamarca. Também no Brasil o desenvolvimento social está na base da preocupação com a erradicação da pobreza, senão propriamente na agenda do Executivo Federal, mas na do Legislativo. Em 1999, a pobreza entrou na pauta do Congresso Nacional. A exclusão, capturada pela ótica da pobreza, será o meio concreto de verificar como o jornal aborda o desenvolvimento social do país.

Apesar de termos dito que hoje ocorre um debate sobre os resultados da globalização e dos caminhos de conexão a ela perseguidos pelos países emergentes, partimos da premissa, baseada no amplo material empírico disponível, de que o atual padrão de acumulação do capitalismo, em linhas gerais, tem gerado problemas sociais que vão no sentido oposto ao da promoção do bem-estar, particularmente observados na realidade internacional representada pelo renovado fenômeno da exclusão social, desemprego e precarização das relações de trabalho. Isso também se verifica no Brasil, conforme mostram dados sociais tais como a diminuição da participação do salário na renda nacional, o aumento do desemprego, o crescimento, em termos absolutos, do contingente de pobres e miseráveis, o agravamento da informalização do trabalho, a preservação do altíssimo nível de concentração de renda etc. Os dados estatísticos tornam-se ainda mais relevantes quando se constata a diminuição da ação social do Estado no sentido de minimizar os problemas reais a eles associados através de políticas públicas compensatórias. As coisas se passam como se quem nem sequer completara o percurso do bem-estar social desvie a rota para um caminho eivado de mal-estar. Enquanto antes a preocupação dos grupos sociais desfavorecidos era com as condições de exploração nas quais a inserção no sistema econômico se dava, agora ela se transformou na dificuldade de encontrar formas de inserção. Apenas para citar um exemplo, uma pesquisa do jornal francês (atente-se: um país desenvolvido) *CSA/la rue*, em 1993, revelava que 55% dos adultos e 69% dos jovens entre 18 e 24 anos temiam tornarem-se excluídos, e 75% temiam que alguém próximo se tornasse excluído (DUPAS, 1999: 36).

ROGERS (1995) considera a abordagem da exclusão social multidimensional, implicando em falta de acesso a bens e serviços, segurança, justiça e cidadania. Ela diz respeito à exclusão do mercado de trabalho, exclusão do trabalho regular, exclusão do acesso a moradias decentes e serviços comunitários, exclusão do acesso a bens e serviços, exclusão dentro do mercado de trabalho; exclusão da possibilidade de garantir a sobrevivência; exclusão do acesso à terra; exclusão em relação à segurança; exclusão dos direitos humanos. O autor relaciona exclusão com

a estratégia de desenvolvimento perseguida. Diferentes padrões de desenvolvimento ou estratégias de ajuste estrutural terão efeitos diferentes no padrão de exclusão social. SILVER (1995) distingue mais de 20 categorias de excluídos.

A conceituação de exclusão social pode abranger vários aspectos, desde sobrevivência física até um sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidades ou oportunidades que outros indivíduos desfrutaram. No entanto, “as análises sobre exclusão social freqüentemente têm elegido e aprofundado algum aspecto específico para uma tentativa de mensuração” (DUPAS, 1999: 22).

DUPAS observa que “a existência nos países mais ricos de mecanismos públicos de bem-estar social faz que o conceito de exclusão relevante para eles possa ser, em alguma medida, descolado daquele de pobreza; o que não me parece pertinente no caso dos países nos quais os cidadãos não dispõem dessa rede de proteção”. Este autor busca critérios objetivos para trabalhar com o conceito de “*exclusão efetiva*, aquela que enfatiza a renda, a inserção ocupacional, a etnia e o gênero (na medida em que estes impliquem discriminação), as condições de moradia, a condição de cidadania” (*op. cit.*, 24). Ele adota basicamente uma perspectiva econômica de análise. Nessa perspectiva, “a pobreza – entendida como a incapacidade de satisfazer necessidades básicas - deve ser o foco da definição de exclusão social em países que não possuem um Estado de bem-estar social garantindo minimamente a sobrevivência de seus cidadãos” (*op. cit.*, 24).

Mas como trabalhar com a pobreza? Ficar só no plano da linha de pobreza implica numa abordagem apenas estática. Ao invés disso, SEN (1984) propõe a *entitlement approach*. Os principais *entitlements* são: os baseados na troca, os baseados na produção, os provenientes do próprio trabalho e os provenientes de heranças e transferências. *Entitlement exchange* é a quantidade de bens que o indivíduo consegue com a posse de todos os seus tipos de *entitlement*. “A pobreza e a fome aparecem quando os *entitlements* do indivíduo não são suficientemente robustos para garantir cestas minimamente satisfatórias. A essa insuficiência dá-se o nome de *entitlement failure*”. Ou seja, o enfoque desvia-se da renda e volta-se para as *capacidades*. Assim, muito mais que a própria escassez do bem-estar, a pobreza significa ausência de meios para se obter bem-estar. Por isso, a questão da exclusão deve ser abordada observando-se a inserção ou não dos indivíduos no sistema produtivo. A face mais moderna da pobreza é justamente aquela

relacionada ao novo padrão de acumulação de capital que ora se observa, que tem alterado profundamente o anterior paradigma de trabalho e emprego.

Há perspectivas descritivas e políticas de caracterização da pobreza. Nas descritivas a identificação da pobreza consiste no reconhecimento da privação, podendo conduzir à recomendação de medidas. Na perspectiva política, identifica-se a pobreza como um foco de medidas que a sociedade deve tomar para enfrentar determinados problemas. Nesse caso, a questão central é identificar o objetivo da ação pública. Já a perspectiva descritiva preocupa-se mais com a descrição que com as medidas para combater a pobreza.

No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso, tanto no seu primeiro mandato (01/01/95 a 01/01/99) quanto no atual, não tem priorizado o combate à pobreza em sua atuação, a despeito de conteúdos retóricos do próprio presidente referente ao tema das desigualdades e injustiças sociais. A própria *Folha* faz considerações críticas contra a insuficiência da ação governamental no plano social, conforme se pode observar em um exame preliminar de seus editoriais. Mais que isso, resgatamos aqui um estudo amplo da agenda legislativa do Executivo e do Congresso Nacional no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. “A agenda legislativa desse governo foi extensa e complexa. Certamente não contemplava o amplo leque de questões que compunham a agenda pública. A questão da desigualdade social, por exemplo, não fazia parte dessa agenda. A estabilidade monetária obteve prioridade máxima, assim como as reformas necessárias para garantir o controle inflacionário e permitir a inserção do país na economia internacional” (FIGUEIREDO, LIMONGI E VALENTE, 1999: 50, grifos nossos). Enfim, o material disponível para se demonstrar a inoperância da ação social governamental atual é muito grande. COHN (1999: 184) é clara a esse respeito, ao fazer um balanço da política social no primeiro mandato: “É perceptível, portanto, uma contradição de base entre a política de ajuste e de estabilização econômica adotada pelo governo e a possibilidade de se promover políticas sociais com impacto efetivo sobre o desenvolvimento social no país”.

O papel do editorial

MELO (1985: 119) define editorial como “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. Entretanto, essa mesma definição acrescenta que a opinião da empresa jornalística depende das relações de propriedade

que ela estabelece. Assim, o jornal não expressa apenas as opiniões de seus proprietários nominais, e sim “o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além de acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exercem grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exercem no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro”. Essas relações de propriedade implicam no caráter essencialmente *contraditório* do gênero editorial, cuja opinião expressa não meramente a pura opinião do jornal, mas as opiniões articuladas por entre esse complexo de relações de propriedade.

O *Manual Geral da Redação da Folha de São Paulo* diz claramente: “A opinião da *Folha* se expressa formalmente em seus editoriais”. O já referido editorial que aborda os 80 anos de existência do jornal, afirma: “Entre erros e acertos, esta *Folha* cristalizou nesse período um programa editorial definido pela independência em face do poder, pela crítica inspirada no interesse público e pela abordagem pluralista dos fatos e das diferentes tendências de pensamento que o jornal se empenha para abrigar em suas páginas”.

ARBEX (1987; 92-94) aborda os editoriais da *Folha* e, para tanto, faz considerações sobre a própria empresa. Avalia que o processo decisório na empresa é “extremamente centralizado”, e que isso “decorre da opção político-mercadológica que a *Folha* adotou como sua linha editorial. ‘A *Folha* tem um pé fora e outro dentro do *establishment*’, afirma Otávio Frias Filho. Ressalta, para que não haja dúvidas: a *Folha* é um jornal do *establishment*, mantendo em relação a ele uma postura ‘crítica e apartidária’, que luta pela democracia dentro dos limites do liberalismo burguês. Definindo-se dessa forma, a *Folha* assume, ela própria, o lugar de um partido político com características específicas. Seus editoriais devem refletir essas características, trabalhando no espaço muitas vezes contraditório do *establishment*, de um lado, e da defesa das instituições democráticas, de outro”. Esse autor ressalta também a suscetibilidade da *Folha* em relação às oscilações da opinião pública como sendo uma estratégia de mercado dessa empresa. Assim, a cada momento a característica centralizadora da opinião do jornal se coloca diante das questões postas pela conjuntura. Em todo o caso, o interlocutor maior do texto editorial é o Estado, a quem freqüentemente o jornal se dirige como que a coagi-lo no sentido de que este atenda aos interesses empresariais representados pela *Folha de São Paulo*.

WEFFORT (1984) apresenta uma caracterização dos jornais que os assemelha a partidos políticos, ao menos em algumas circunstâncias. Este autor considera que jornais não são partidos, mas às vezes se parecem com eles. Assim se comportaram, por exemplo, o *Estado de São Paulo*, em 1964, na ocasião do golpe militar, e a *Folha*, em 1984, na luta das *diretas-já*. Ele lembra que a tradição liberal considera partidos como partidos de opinião e a imprensa moderna enraíza-se, também, na opinião, embora a informação nelas tenha crescido. Mas admite que a questão é outra, não está em opinar ou não, mas entre opinar e agir. Qual a real diferença entre opinião e ação? Nos partidos a diferença é quase inexistente, pois a opinião se prolonga na ação. No entanto, por que os jornais passam, às vezes, da opinião à ação? Porque são empresas. Claro que, enquanto tal, nem sempre opinam voltados para uma ação, mas porque os leitores também buscam opiniões. Mas, enquanto empresas, jornais representam classes. Quando ameaçadas defendem-se como podem, como fez o *Estadão* em 1964, conspirando a favor do golpe militar. Noutros momentos, partem da opinião à ação porque, sendo empresas, buscam reconhecimento e legitimidade.

6. BIBLIOGRAFIA PROVISÓRIA

- Arbex Jr., José, “Editorial”, em Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1987.
- Cepal. Estudio Económico de América Latina y El Caribe: 1998-1999.
- Cepal. América Latina y Caribe: Políticas para mejorar la inserción en la economía mundial, 1998.
- CEPAL. Gasto Público en Servicios Sociales Básicos en América Latina y el Caribe, 1999
- Cohn, Amélia, “As políticas sociais no governo FHC”, em Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, USP, vl. 11, nº 2, 2000
- Dines, Alberto, O papel do jornal: uma releitura, São Paulo, Summus Editorial, 1986.
- Dupas, Gilberto, Economia global e exclusão social, São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- Figueiredo, Argelina Cheibub, Limongi, Fernando e Valente, Ana Luzia, “Governabilidade e concentração de poder institucional – o governo FHC”, em Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, USP, vl. 11, nº 2, 2000

- Folha de São Paulo, Manual Geral da Redação, São Paulo, 1985.
- Franco, Rolando y Filippo, Atmando Di (orgs.). Las Dimensiones Sociales de la Integración Regional en America Latina. Cepal, 1999.
- French-Davis, Ricardo. Macroeconomia, Comércio, Finanzas: Para Reformar las Reformas en America Latina. Cepal, 1999.
- Melo, José Marques de, A opinião no jornalismo brasileiro, Petrópolis, Vozes, 1985.
- Ocampo, José Antonio e outros. The Poorest Countries and the Emerging International Architecture. Cepal, 1999.
- Rodrik, Dani. The New Global Economy and Developing Countries. The Johns Hopkins Un. Press, 1999.
- Rogers, Garry, “What is special about social exclusion approach?”. In: Rogers, Garry, Gores Charles & Figueiredo, José (orgs). Social exclusion: rethoric, reality, responses. Genebra: International Institute for Labor Studies, 1995.
- Sen, Amartya, Poverty and faminies: an essay on entitlements and deprivation. Osford: Oxford University Press, 1984.
- UNCTAD. Trade and Development Report, 1999.
- Weffort, Francisco, “Jornais são partidos?”, em Revista Lua Nova, São Paulo, Cedec/Brasiliense, 1984.
- World Bank. World Development Report1999-2000
- World Bank. World Development Report 1998.
- World Bank. World Development Indicators, 1998